

# ACERVOS ARQUEOLÓGICOS PRÉ-HISTÓRICOS: o inventário como ferramenta essencial de uma política de gestão

Letícia Dutra Romualdo da Silva<sup>\*</sup>

Martha Maria de Castro e Silva<sup>\*\*</sup>

## Resumo

O trabalho a seguir aborda um aspecto fundamental para a constituição e preservação de acervos arqueológicos: o inventário, entendido, sobretudo, como uma ferramenta descritiva que permite conhecer particularidades e potencialidades de uma coleção arqueológica, extrapolando a necessidade imperiosa da quantificação. Apresentamos como estudo de caso a formação do acervo arqueológico do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais - MHNJB/UFMG, gerado por pesquisas acadêmicas realizadas desde a década 1970, quando foi criado o Setor de Arqueologia. Acervo esse caracterizado por várias coleções arqueológicas, constituídas por vestígios em suporte orgânico e inorgânico, procedentes de, aproximadamente, 76 sítios arqueológicos de Minas Gerais. A partir de sucessivos manejos desse acervo, destacamos o potencial do inventário como elemento chave em políticas de gestão e preservação de acervo dentro de uma instituição de ensino e pesquisa. A trajetória desse trabalho pretende abordar o processo de formação dessas coleções, as várias tentativas de organização empreendidas e a tentativa de sistematização de toda a documentação produzida visando a proposição de inventário unificado que permita disponibilizar essas coleções para futuros pesquisadores. Finalmente, este trabalho visa contribuir para o estabelecimento de boas práticas museológicas na compatibilização entre as instâncias de preservação/salvaguarda do patrimônio arqueológico, a produção do conhecimento acadêmico e a transmissão/circulação deste.

Palavras-chave: preservação, conservação preventiva, documentação, patrimônio arqueológico.

---

<sup>\*</sup> Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Quinta da Boa Vista, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20940-040; [lets.dr@hotmail.com](mailto:lets.dr@hotmail.com). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Arqueologia no Museu Nacional.

<sup>\*\*</sup> Museu de História Natural e Jardim Botânico, Universidade Federal de Minas Gerais, R. Gustavo da Silveira, 1035, Santa Inês, Belo Horizonte, MG, CEP: 31080-010; [warthari@gmail.com](mailto:warthari@gmail.com). Arqueóloga lotada no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG – Setor de Museologia e Doutoranda em no curso de Conservação e Preservação na Escola de Belas Artes, UFMG.

## Introdução

O Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais - MHNJB/UFMG reúne atualmente um dos mais importantes acervos arqueológicos pré-históricos do país. Procedentes de várias regiões do Estado de Minas Gerais, este acervo apresenta diversas origens: doações de particulares<sup>2</sup>, *achados fortuitos*, transferências de outras unidades da UFMG, depósito provisório solicitado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, derivado de ações judiciais, e, principalmente, pela pesquisa em arqueologia pré-histórica e paleoantropologia.

Esta atividade inicia-se na UFMG na década de 1970 com a criação do Setor de Arqueologia do MHNJB e resultou no registro de mais de uma centena de sítios arqueológicos nos órgãos patrimoniais, na identificação de cronologias regionais para os últimos 12.000 anos, e na formação de extenso acervo arqueológico, proveniente de pelo menos 76 sítios arqueológicos.

Além de sua importância patrimonial, reconhecida e protegida por legislação federal, estas coleções científicas estão diretamente relacionadas à atividade docente de graduação e pós-graduação universitária, formação de pesquisadores, treinamento de estagiários do MHNJB e base de consultas frequentes realizadas por pesquisadores de outras instituições do país e exterior.

Constitui-se este acervo um universo multicomponencial, composto de peças cerâmicas, líticas, artefatos em suporte vegetal e animal, como também por outros vestígios materiais testemunhos de atividades de subsistência dessas populações, como macrorrestos alimentares vegetais e faunísticos. Além destes, foram ainda recuperadas em escavações, excepcionais estruturas de origem antrópica - depósitos alimentares - e numerosos vestígios esqueléticos (indivíduos completos ou não) recorrentemente associados a estruturas funerárias ricamente adornadas.

A despeito de sua importância científica e patrimonial, o ingresso deste acervo no MHNJB nunca foi formalizado e um arrolamento inicial para efeito de um banco de dados apenas inicia-se. A natureza multicomponencial do acervo em questão e a diversidade dos materiais constituintes de cada uma de suas coleções exigiram ações direcionadas e uma complexa abordagem de manejo e curadoria direcionada para acervos extremamente vulneráveis e cujos procedimentos raramente foram generalizados.

---

<sup>2</sup> Coleção Harold Walter, Coleção Aricy Curvello, Coleção Tassini, Coleção Petrônio Bax, etc.

Neste recorte encontram-se algumas coleções cuja antiguidade e raridade foram determinantes para serem objetos de manejo, como os remanescentes humanos de populações extintas (como do biotipo *Homem de Lagoa Santa*), macrorrestos alimentares e artefatos em suporte vegetal e animal, bastante raros nas terras baixas da América do Sul.

Assim, projetos de intervenção de conservação preventiva e de curadoria para algumas coleções em suporte orgânico foram implementados no final da década de 1990 e resultaram num primeiro registro sistemático dessas coleções.

Neste período, Neves (Universidade de São Paulo) inicia a curadoria dos remanescentes humanos provenientes dos sítios arqueológicos de Santana do Riacho e do Vale do Peruaçu, e no MHNJB é iniciado um programa de conservação preventiva e de curadoria de acervo arqueológico em suporte orgânico (ACERARQ 1996-2000), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa em Minas Gerais (FAMEPIG) e pelo Governo Espanhol.

No Museu estas atividades tiveram como objeto intervenções em vestígios arqueológicos que, no acervo, eram identificados sob a denominação genérica de *vestígios não líticos não cerâmicos*. O andamento dos trabalhos, no entanto, aprofundou essa identificação, destrinchando-as nas seguintes tipologias de acervo: a) macrorrestos alimentares em suporte vegetal e animal; b) estruturas de depósitos alimentares subterrâneos; c) artefatos em suporte vegetal (como têxteis, adornos, pontas de madeira, etc.) e em suporte animal (como espátulas, plainas, raspadores, etc.), além de d) remanescentes humanos e acompanhamento funerário.

Esses vestígios foram inicialmente triados, quando possível foram limpos, marcados e, posteriormente, reembalados e registrados em planilha Excel, já separados e renomeados conforme tipologia de *coleções biológicas*, nas categorias de a) vestígios vegetais, b) conchas ou c) ossos (não humanos). Suas condições de conservação foram registradas, todo o acervo foi objeto de congelamento para desinfestação e parte das peças que integravam a categoria artefato foi fotografada, resultando numa primeira iniciativa de registro sistemático de acervo arqueológico no Setor de Arqueologia. Finalmente foi criada uma Reserva Técnica (RT1) climatizada exclusivamente para seu depósito.

Os convênios que davam suporte ao Programa ACERARQ finalizaram no ano 2000, e a falta de investimento da UFMG na manutenção deste acervo colocou-o em risco. Felizmente a colaboração pontual de voluntários impediu que desaparecessem.

O que se pode afirmar é que desde a criação do Setor de Arqueologia até os dias de hoje, o volume do acervo recuperado por suas escavações aumentou consideravelmente, mas este aumento não tem sido acompanhado com a mesma intensidade por novas ações visando inventários, iniciativas de conservação preventiva, intervenções de curadoria ou mesmo iniciativas de extroversão do acervo, salvo iniciativas pontuais, assistemáticas e específicas.

A iniciativa inventariante de todo o acervo arqueológico no MHNJB é bem recente. Desde 2015, com recursos alocados pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, está sendo realizado um projeto mais abrangente no MHNJB visando intervenções de conservação preventiva de todo o acervo além de seu inventário definitivo. A atividade está em andamento.

Contudo, há que ressaltar que, embora projetos de salvamento do acervo arqueológico do MHNJB sejam periodicamente realizados, nunca foi possível conferir a tais projetos uma marca institucional permanente. A razão disto, acreditamos advém da inexistência de uma política institucional de aquisição e gestão de acervos que contemple a conservação preventiva e a realização de inventários compatíveis a importância científica das coleções arqueológicas pré-históricas do MHNJB.

Esta patente ausência política de acervos do Museu compromete não somente o controle das coleções arqueológicas sob sua custódia, mas também impede, ou cerceia, o acesso para novas pesquisas, contrariando sua missão científica.

É nesse sentido que pretendemos abordar o inventário: como ferramenta fundamental e necessária, na articulação entre a instituição e a pesquisa científica, com uma dupla função, de conhecimento do acervo e como produção de conhecimento sobre ele.

O ponto de partida dessa reflexão foi gerado em nossa própria experiência: uma como pesquisadora consulente, recorrendo ao acervo para o desenvolvimento de sua pesquisa; e outra, realizando ações direcionadas para organizá-lo, registrá-lo e inventariá-lo. Essa experiência incentivou à pesquisa bibliográfica nas disciplinas da Conservação e Documentação Museológica buscando definir conceitos fundamentais a serem discutidos aqui, para então trazer essa discussão para o centro da atividade de pesquisa científica.

Esperamos com isso, levantar a bandeira da importância dos inventários museológicos enquanto um instrumento institucional de salvaguarda e de divulgação dos bens arqueológicos, preocupação que deveria integrar rotinas de gestores,

pesquisadores, documentalistas, museólogos e conservadores–restauradores que integram o corpo técnico dessas instituições.

### **Inventário: teoria e prática**

Nosso trabalho baseia-se em dois conceitos fundamentais: conhecer e cuidar, sem prevalência de um sobre o outro. Entendemos que cuidar de uma coleção arqueológica pressupõe conhecê-la, assim como conhecer uma coleção arqueológica significa que se está cuidando dela. São conceitos que se interpenetram e se ressignificam.

Colecionar, classificar e ordenar com o objetivo de conhecer estão no cerne da fundação da Arqueologia no século XVII (TRIGGER, 2001). A construção de inventários, dessa maneira, é o ponto de partida fundamental para o conhecimento de uma coleção. Inventariar nada mais é do que conhecer, classificar, ordenar, mas dentro de uma perspectiva científica, o inventário, vai além de uma operação técnica, tornando-se uma abordagem teórica complexa.

Já com relação ao conceito de curadoria, tão caro aos profissionais que trabalham com coleções museológicas, destacamos uma abordagem que ressalta a noção de cuidado nas práticas curatoriais (BRUNO, 2008 e 2009; BARBOSA, 2008, HENRIQUES, 2008, entre outros), principalmente pela via da documentação, por possuírem no âmago de sua execução a perspectiva de produção de novos conhecimentos, a partir de coleções de acervos museológicos, como destaca Bruno (2009: 19).

Conhecer e cuidar podem ser retomados em Froner (2001) e Panisset (2011), ativas defensoras da utilização do inventário, como estratégia para conhecimento e proteção de acervos, funcionando ao mesmo tempo como memória e apólice de seguro, evitando os riscos de dissociação que abrange tanto a perda de objetos quanto de informações. Segundo Panisset (2011), uma documentação bem empreendida atua nos processos de conservação antes, durante e depois, devendo ser incentivada sua constante atualização.

Essas autoras, felizmente, não estão sozinhas em suas afirmações. Cândido (2000) e Yassuda (2009) também elevam o inventário a um posto elevado dentro das políticas de acervos nos Museus, e o qualificam como um instrumento multifuncional dentro da junção interdisciplinar que configuram essas instituições.

Os objetos museológicos — veículos de informação — têm na conservação e na documentação as bases para a sua transformação em fontes de pesquisa científica e de comunicação (CÂNDIDO, 2000, p. 32).

Yassuda (2009), por sua vez, enfatiza especificamente o valor dos inventários como fontes para produção de conhecimento, tanto para dentro do museu quanto para fora dele, considerando-o como um instrumento de comunicação e preservação da informação no âmbito da memória social e pesquisa científica (Ibid., p. 22).

É unanimidade entre essas autoras que a documentação por inventários ultrapassa seu valor como um instrumento de conservação, são ferramentas de pesquisa, acompanhamento, gestão e comunicação do patrimônio. A comunicação dos acervos pela via da documentação é também um tema tratado por Ceravolo e Tálamo (2007). Para essas autoras o registro documental serve como interlocução entre o Museu e o público externo (diferenciado nos diferentes setores, e que aqui eu destaco os arqueólogos), e a partir dela o acervo pode ser divulgado, comunicado, estudado.

De maneira geral, um inventário pode ser definido como a elaboração de listas de objetos que incluem algumas características físicas e uma numeração<sup>3</sup>, mas o seu potencial vai além disso. O inventário é o meio pelo qual todo o conhecimento sobre o objeto é registrado, coletado e armazenado e deve ser disponibilizado para quem precisar acessá-lo (LEBLANC & EPPICH, 2005). Esse conhecimento cria uma identidade entre o conjunto de objetos que estão ali relacionados e uma unidade para a coleção e torna o inventário uma importante ferramenta para controle da coleção e suporte de pesquisas (YASSUDA, 2009).

Segundo Froner (2001, 2007), “os objetos adquirem valor pelas mãos do conhecimento [...]”, e conhecer é o princípio fundamental da conservação e do inventário (GONZÁLES-VARAS, 2003). Essa máxima ecoa como um mantra na interlocução entre as diversas áreas de conhecimento em diálogo dentro dos Museus, as coleções e as ações institucionais voltadas para os acervos.

É primordial, no entanto, esclarecer a seguinte questão: de quem é o papel de documentar? Acreditamos que, se a documentação é caracterizada por um encadeamento de procedimentos que articulam todos os campos de conhecimento responsáveis pela coleta, identificação, interpretação, preservação e comunicação das coleções e acervos dentro dos museus (BRUNO, 2009), logicamente todos os envolvidos são responsáveis, especialmente considerando as especificidades do registro (e de como registrar) de cada campo.

---

<sup>3</sup> Definição retirada do *Manual para inventarios: bienes culturales muebles* publicado em 2005 pela Direção de Patrimônio do Ministério da Cultura de Colômbia.

Os inventários nesse sentido não podem ser estáticos, ao contrário, deve ser salientada sua característica dinâmica, necessitando ser complementado sempre que o acervo for retomado. São documentos complexos que devem conformar uma base ampla de informações que alimente pesquisas e ações de curadoria e se alimente de pesquisas realizadas sobre o acervo institucional (BARBUY, 2007).

Panisset (2011) elenca os passos para a execução de um bom inventário. O ponto de partida é uma coleção, em seguida deve-se proceder a um levantamento e reconhecimento do acervo a ser inventariado objetivando descobrir as necessidades de documentação, o nível de profundidade necessário, localização. O segundo passo é a definição dos campos de descrição feita dentro de objetivos pré-determinados, segundo Cândido (2000) os campos devem conter informações de natureza intrínseca (tais como material, técnicas, categoria de artefato) e extrínsecas (localização, histórico de aquisições, etc.) do objeto. Por fim, o inventariante deve organizar e interpretar essas informações, geralmente isso é feito a partir da construção de um banco de dados. Panisset (2011) destaca que cada peça/objeto, deve ser identificado individualmente, a partir de uma descrição que o diferencie dos demais objetos similares, número de referência e identificação do objeto; fotografias, informações sobre procedência e história do objeto incluindo transações, restaurações, exposições, empréstimos, etc. (UNESCO, 1976; PANISSET, 2011).

É importante frisar que, apesar dos inventários terem que ser feitos em atendimento às necessidades de cada instituição/material, deve conter certo nível de normatização para permitir a troca de informação, pesquisa e a preservação. Além disso, a explicitação dos critérios de descrição escolhidos, da sintaxe e da terminologia de preenchimento é fundamental para definir o alcance de sua fala.

A falta de consistência na nomenclatura empregada para designar os objetos e na estrutura de classificação não permite que os catálogos e bancos de dados funcionem como eficientes instrumentos de armazenagem e recuperação de informações sobre o acervo (PANISSET, 2011, p.73).

Inventários de acervos arqueológicos guardam uma especificidade. Coleções arqueológicas têm como premissa a diversidade tipológica e o potencial infinito de informações e interpretações sobre as dinâmicas de grupos humanos no passado (HENRIQUES, 2008). Além disso, a arqueologia, enquanto disciplina científica tem como característica a produção constante de coleções de objetos e informações sobre eles. Os objetos arqueológicos, ao integrarem o acervo de Museus adquirem um valor de pesquisa (quicá de exposição), toda essa ressignificação deve ter respaldo em uma

documentação responsável pela atribuição de valores para sua identificação, preservação, e acessos futuros.

Como consequência para as instituições de guarda, os acervos sob sua tutela são dinâmicos tanto em seu conteúdo, se olharmos pelas vias da conservação e, principalmente, quanto as possibilidades de extroversão dos mesmos, que no caso dos acervos arqueológicos, ultrapassa (ou nem passa pela) a exposição. E como principal problema apontado por Bruno (2009), a falta de uma política de gestão de bens patrimoniais que invista em ações de salvaguarda e documentação, aliado a constante geração de novos acervos, faz com que se perca a conexão com os mesmos no sentido institucional, atendendo à máxima “Conhecer para preservar”, mencionada acima, bem como em sua missão de divulgação desses acervos.

Defendemos, nesse sentido, o papel fundamental do inventário, além de proteção e identificação, como um centralizador de informações sobre objetos, conectando diversos tipos de documentações produzidas sobre esses (e seus contextos) através da descrição, dados e informações muitas vezes recuperados por pesquisa bibliográfica e, principalmente, prezando pela constante atualização.

Entendemos ser fundamental destacar, conforme apontado em Granato e Santos (2008), a necessidade de uma permanente reflexão entre os propósitos institucionais dos Museus e a relação que estabelecem com a guarda de seus acervos. Essas instituições têm responsabilidades não só técnicas, mas também éticas para além do público em geral, mais especificamente com a comunidade científica. No caso de museus universitários, como o MHNJB, que se qualificam também enquanto uma instituição de ensino e pesquisa, deve ser ressaltado aqui o papel ativo que estas instituições desempenham na inserção de seus acervos como plataformas para novos conhecimentos.

É fundamental que os Museus mantenham seus bens culturais inventariados e que estes inventários sejam permanentemente atualizados. É através desses que, muitas vezes, pesquisadores externos têm o primeiro acesso às coleções que se pretende estudar. São os inventários que permitem o nosso acesso às coleções, facilitam o planejamento de nossas pesquisas e viabilizam a comunicação entre nós e a instituição (OKUMURA, 2015). Isto tem uma mão dupla, uma vez que também entendemos ser como dever de pesquisadores consultantes contribuir para a atualização de inventários com informações que dispõem ou desenvolveram sobre esses objetos e que ainda não tenham sido incluídas nesses inventários.



Finalmente, concordamos com Babuy (2007) no sentido de que a documentação em si não deve ser o objetivo final das políticas de gestão de acervo dentro dos Museus, mas que esta é uma condição indispensável para o desenvolvimento de ações voltadas para os acervos. A informação obtida a partir do (e para) o objeto é a responsável pela construção de sentido, atribuição de identidade e reconhecimento do objeto como fonte de pesquisa, objeto de preservação e meio de comunicação. Nesse sentido, a boa interação entre o documentalista e o arqueólogo é fundamental para o sucesso dessa empreitada, gerando “benefícios para a coletividade de pesquisadores interessados em acervos de museus como portadores de informação” (BARBUY, 2007, 36).

### **Resultados Alcançados**

O Programa ACERARQ teve como um dos objetivos identificar as causas da degradação dos acervos arqueológicos do MHNJB-UFMG e implementar intervenções curativas e preventivas pertinentes. Esta pesquisa, que não se esgotou com o término dos convênios que a subsidiava, identificou que dentre as principais causas de degradação observadas inserem-se a falta do *registro de ingresso* do acervo na Instituição e a ausência de *inventários*.

A falta de foco da Instituição em conservação preventiva é atestada pela própria trajetória da formação de suas coleções na pouca importância conferida aos registros e inventários. Não é tarefa muito fácil quantificar e valorar perdas advindas de acervos não registrados, nem inventariados. Etiquetas corroídas, amostras e peças sem identificação, acervo extraviado, perdido ou danificado são pouco significativos se comparados ao impacto da falta de informação (inventários, movimentação) para o conhecimento desses vestígios. Quantas pesquisas deixaram de ser realizadas porque a instituição simplesmente desconhece o que está sob sua guarda! Quantas pesquisas poderiam ter sido mais proveitosas, mais completas se seu autor pudesse contar com a totalidade do acervo existente, mas não disponível porque desconhecido!

O registro de ingresso e o inventário são ações fundadoras de acervos museológicos porque são ferramentas que conferem existência institucional aos componentes deste conjunto que chamamos de *coleção*. Quando ressignificada pela musealização, o inventário de uma coleção passa a funcionar como se fosse seu DNA.

O percurso do texto procurou mostrar que nossa visão de inventário de coleções arqueológicas insere-se (ou deveria se inserir) na interseção de três eixos: da

Arqueologia que gera os acervos e o conhecimento arqueológico, das Ciências da Conservação, fortemente embasada na preservação dos acervos da Museologia, centrada no processamento de inventários e na extroversão dos acervos.

Buscamos enfatizar a pesquisa documental como sendo primordial para qualquer investigação que se pretenda executar e cujo objeto sejam coleções museológicas. Daí, elegemos o inventário de bens arqueológicos como uma ferramenta essencial para o conhecimento das coleções arqueológicas, para sua preservação e para o aumento do conhecimento arqueológico, num processo de contínua retroalimentação. Nesse sentido, ressaltamos o papel ativo que o consultante/pesquisador pode exercer inclusive fornecendo subsídios nesse processo.

Finalmente, entendemos que a franquia ao acesso às coleções museológicas de acervos arqueológicos depende de uma política de acervos que articule a instituição museal e a pesquisa científica, e é nesse sentido que apresentamos como ilustração os vários processos e momentos de inventário de algumas coleções do acervo arqueológico do MHNJB-UFMG, quando aliamos o conhecimento do acervo visando sua preservação e a disponibilização dos mesmos para novas pesquisas. Trata-se efetivamente de um acervo muito rico, já bastante estudado, mas que ainda encerra infinitas e novas possibilidades de abordagem.

## Referências

- BARBOSA, C. R. As diversas faces do curador de exposições científicas e tecnológicas. In: MINAS GERAIS (Estado), Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, *Caderno de diretrizes museológicas 2*. Belo Horizonte, 2008. p. 80-91.
- BARBUY, Heloisa. Documentação museológica e pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. MAST COLLOQUIA, v.10, 2008, Rio de Janeiro. *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2008. p. 33-43
- BITTENCOURT, Jose Neves. A pesquisa como cultura institucional: objeto, política de aquisição e identidades. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos. MAST COLLOQUIA, v.7., 2005, Rio de Janeiro. *Museu: Instituição de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2005. p. 37-50.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: MINAS GERAIS (Estado), Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, *Caderno de diretrizes museológicas 2*. Belo Horizonte, 2008. p. 16-25.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Estudos de Cultura Material e Coleções Museológicas: Avanços Retrocessos e Desafios. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Orgs.). *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2009. p. 14-25.

CÂNDIDO, M. I. Documentação museológica. In: MINAS GERAIS (Estado), Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, *Caderno de diretrizes museológicas 1*. Belo Horizonte, 2000. p. 29-88.

CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima. OS MUSEUS E A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação., 2007, Salvador. Organização e Representação do Conhecimento Comunicação oral. *Anais...* Salvador. 2007. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viii/enancib/paper/viewFile/2831/1959>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

COLÔMBIA. Dirección de Patrimonio. Ministerio de Cultura de Colombia. *Manual para inventarios: bienes culturales muebles*. Bogotá, 2005. Disponível em: <[http://www.mincultura.gov.co/areas/patrimonio/publicaciones/Documents/2.Manual inventario Bienes Muebles.pdf](http://www.mincultura.gov.co/areas/patrimonio/publicaciones/Documents/2.Manual%20inventario%20Bienes%20Muebles.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2016.

FRONER, Yacy-ara. Os domínios da memória: um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos campi da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação. 2001. 513 f. Tese (Doutorado), Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FRONER, Yacy-ara. *Memória e preservação: a construção epistemológica da Ciência da Conservação*. 2007. Disponível em: <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo\\_info/mi\\_2007/FCRB\\_MI\\_Memoria\\_e\\_Preservacao\\_A\\_construcao\\_epistemologica\\_da\\_Ciencia\\_da\\_Conservacao.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo_info/mi_2007/FCRB_MI_Memoria_e_Preservacao_A_construcao_epistemologica_da_Ciencia_da_Conservacao.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2016.

GONZÁLEZ-VARAS, I. *Conservación de bienes culturales: teoría, historia, principios y normas*. Tercera Edição. Madrid: Cátedra, 2003.

GUEDES, M. T. Inventário nacional dos bens imóveis tombados: instrumento para uma proteção eficaz. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 86-89, 1987. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RevIPHAN&PagFis=7993&Pesq=>>> Acesso em: 17 jun. 2016

GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos. Em torno da curadoria de acervos museológicos, poucas (mas úteis) considerações. In: MINAS GERAIS (Estado), Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, *Caderno de diretrizes museológicas 2*. Belo Horizonte, 2008. p. 111-127.

HENRIQUES, G.; LIMA, P. L.O.; CASTRO, M. Pré-história, arqueologia, e história no século XXI: a curadoria na implantação do Museu Municipal de Pains. In: MINAS GERAIS (Estado), Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, *Caderno de diretrizes museológicas 2*. Belo Horizonte, 2008. p. 92-111.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES - ICOMOS. *Principles for the recording of monuments, buildings and sites for groups*. Text ratified by the 11th ICOMOS General Assembly. Sofia, out. 1996.

LEBLANC, F.; EPPICH, R. Documenting our past for the future. *The Getty Conservation Institute Newsletter*, Los Angeles, v. 20, n. 3, p.5-9, 2005. Disponível em: <[http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/20\\_3/](http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/20_3/)>. Acesso em 17 jun. 2016

LOUREIRO, Jose Mauro. A documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos;

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. MAST COLLOQUIA, v.10, 2008, Rio de Janeiro. *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2008. p. 24-30.

OKUMURA, M. Curadoria de Remanescentes Humanos: Práticas e experiências na Coleção Duckworth (Universidade de Cambridge, Reino Unido). *Revista Tecnologia e Ambiente, Dossiê IX Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira / Regional Sul*, v. 21, n. 1, Criciúma, Santa Catarina, p. 211 – 222, 2015.

PANISSET, A. M. O Inventário como Ferramenta de diagnóstico e conservação preventiva: Estudo de caso da coleção “Santos de Casa” de Marcia de Moura Castro. 2011. 268 f. *Dissertação* (Mestrado), Curso de Conservação e Restauração, Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PORTUGAL. INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS. *Normas de Inventário Gerais: Arqueologia*. 2000. Disponível em: <<http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/NormasInventario.aspx>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. O museu como Processo. In: MINAS GERAIS (Estado), Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, *Caderno de diretrizes museológicas 2*. Belo Horizonte, 2008. p. 36-49.

SEPULVEDA, Luciana; RANGEL, Marcio. Coleções que foram Museus, Museus sem Coleções, afinal que relações possíveis? In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; MAST COLLOQUIA, v.7, 2005, Rio de Janeiro. *Museu: Instituição de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2005. p. 65 - 84.

SMIT, Johana. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus MAST COLLOQUIA, v.10, 2008, Rio de Janeiro. *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2008. p. 11 - 23.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. *Meeting of experts on the modern methods of inventory of movable cultural property: final report*. Paris: UNESCO, 1976. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000212/021212EB.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. *Recomendação Relativa À Proteção E Promoção Dos Museus E Das Coleções, Da Sua Diversidade E Do Seu Papel Na Sociedade*. Paris, 20 de novembro de 2015. Tradução não oficial da Recomendação da UNESCO, realizada pelo Instituto Brasileiro de Museus e revista pelo ICOM Portugal. Disponível em: [http://icom-portugal.org/multimedia/documentos/UNESCO\\_PMC.pdf](http://icom-portugal.org/multimedia/documentos/UNESCO_PMC.pdf) Acesso em: 17 jun. 2016

YASSUDA, S. N. Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 2009. 124 f. *Dissertação* (Mestrado), Curso de Ciências da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Unesp, Marília, 2009.